

Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial

Camila Góes

Doutoranda em Ciência Política na Universidade Estadual de Campinas
(Unicamp)

Repensando a subalternidade: de Antonio Gramsci à teoria pós-colonial

Resumo: Ao longo das últimas duas décadas, a chamada “teoria pós-colonial” alcançou considerável visibilidade nos círculos acadêmicos. É claro o caráter precursor que os Subaltern Studies assumem neste complexo campo de conhecimento. O coletivo indiano começou como uma intervenção na historiografia indiana, fortemente relacionado com as ideias marxistas, principalmente as de Antonio Gramsci, e se transformou, ao longo do tempo, numa parte inerente da crítica pós-colonial. Neste artigo, buscaremos refletir sobre esse movimento do grupo subalternista e as consequências políticas da noção de subalterno desenvolvida neste âmbito.

Palavras-chave: 1. Subalternidade; 2. Antonio Gramsci; 3. Teoria pós-colonial.

Rethinking subalternity: from Antonio Gramsci to Postcolonial theory

Abstract: Over the past two decades, the so-called "post-colonial theory" achieved considerable visibility in academic circles. It is clear the pioneering character that Subaltern Studies assume in this complex field of knowledge. This Indian collective body began as an intervention in Indian historiography, closely related to Marxist ideas, especially those of Antonio Gramsci, and has become, as time passed by, an inherent part of postcolonial critique. In this article, we seek to reflect on this movement of the subalternist group and on the political consequences of the subaltern notion in this field.

Keywords: 1. Subalternity; 2. Antonio Gramsci; 3. Postcolonial theory.

Mudanças ocorreram dentro e fora dos *Subaltern Studies* desde a fundação do grupo em 1982.¹ No início, o coletivo indiano participou principalmente de debates sobre o nacionalismo e revoltas populares, com destaque aos movimentos camponeses.² As dimensões cada vez mais abrangentes dos *Subaltern Studies*, entretanto, levaram a um questionamento em torno da direção do coletivo indiano num contexto de economia capitalista globalizada. Nesse processo, foi aberta uma nova série de “possíveis futuros”. As exigências da política contemporânea, como vistas nas questões de casta, gênero e secularismo, tiveram um papel central na definição destas novas agendas (CHATUVERDI, 2000, p.xiii). Outro elemento para essa mudança de perspectiva foi a tentativa de construção de uma teoria crítica da subalternidade que fosse além do contexto da Índia colonial e do movimento

¹ A formação do grupo remonta ao Centro de Estudos de Ciências Sociais (CSSC) de Calcutá, apoiado pelo governo indiano e de tendência nitidamente marxista. Em seu interior havia uma divisão entre os considerados “velhos” marxistas e a “nova” tendência, marcada pelo chamado “movimento naxalista”, então destinado a criar uma nova aliança entre estudantes universitários e camponeses, em nome de uma revolução supostamente maoísta. No cerne desse segundo grupo surgiu um núcleo de estudos sob influência de Ranajit Guha através do qual se reuniram os principais intelectuais que compuseram e fundaram os *Subaltern Studies*. Entre eles estavam Dipesh Chakrabarty, que optou por trabalhar sobre a classe operária indiana; Gyanendra Pandey, que tinha já uma importante tese sobre os camponeses na Índia do Norte; Shahid Amin, também historiador do campesinato; Gautam Bhadra, que se interessava pela história da transição do Império Mongol para o Império Britânico, e Partha Chatterjee, considerado o mais teórico entre eles, devido à sua formação com maior ênfase em teoria e filosofia política (SUBRAHMANYAM, 2004, p.10).

² Inicialmente o que unificou esses intelectuais foi o fato de todos serem estudiosos e críticos da obra de Karl Marx. Há nos “subalternistas” a influência de muitas variedades do chamado “marxismo ocidental”, com destaque para as ideias dos *Cadernos do Cárcere* de Antonio Gramsci, que ganhavam novo fôlego editorial desde 1975 com a publicação da edição crítica por Valentino Gerratana. Vale destacar também a importância de pensadores britânicos, ainda no campo do marxismo, como E.P. Thompson e Eric Hobsbawm. O projeto subalternista inicial era especialmente inspirado no pensamento gramsciano no que diz respeito à história das classes subalternas.

nacionalista, em consonância com uma nova conformação da “esquerda” em termos globais.

Ranajit Guha³ se afasta do time editorial dos *Subaltern Studies* em 1988. É nesse mesmo ano que é publicada a antologia intitulada *Selected Subaltern Studies* lançando o projeto do grupo em sua carreira internacional. O volume é prefaciado por Edward Said e tem o ensaio de Gayatri Spivak,⁴ *Deconstructing Historiography*, como introdução. O protagonismo de Said e Spivak junto ao afastamento de Guha indicam a nova orientação do projeto subalternista, que agora busca lidar com as críticas ao caminho percorrido até então, a partir do pós-estruturalismo de Foucault e da crítica às epistemologias iluministas de Derrida. Os *Subaltern Studies* passam a significar não só bons *insights* sobre a história indiana, mas se tornam também uma ponte para formulações críticas do passado e das tradições intelectuais do Ocidente. Os intelectuais subalternistas tornaram-se, aos poucos, uma linha auxiliar do amplo campo contemporâneo de estudos pós-coloniais, centrados nos temas do discurso e da textualidade.

Observa-se, desta forma, um movimento de ruptura desde estudos centrados em revoluções e “lutas de classes” em direção a análises de resistências pontuais em relação ao poder das “elites e dos Estados” (LUDDEN, 2002). De acordo com Spivak (1988), os *Subaltern Studies* ganham força neste contexto ao localizar a figura do “subalterno” como *o agente* desta mudança. Tendo como questão central a possibilidade de escrever uma história que não fosse somente da periferia da Europa, em sua rejeição de historiografias neocolonialistas, neonacionalistas e marxistas economicistas, mas dos despossuídos da periferia, os *Subaltern Studies* buscaram colocar em foco “formas particulares de subjetividade, experiência e agência” (O’HANLON, 2000,

³ Ranajit Guha (1922) é um historiador indiano que editou os primeiros seis volumes da série *Subaltern Studies: Writings on South Asian History* (I, II, III, IV, V, VI) de 1982 a 1989. Suas publicações incluem *A Rule of Property for Bengal: An Essay on the Idea of Permanent Settlement* (1963), *Elementary Aspects of Peasant Insurgency in Colonial India* (1983), e *Dominance without Hegemony: History and Power in Colonial India* (1997A).

⁴ Spivak possui um lugar de destaque em meio a este debate. Imersa também no amplo campo do pós-estruturalismo, ela é ao mesmo tempo entusiasta e crítica deste. Influenciada por Derrida, a autora articula uma forte crítica a Foucault, que por sua vez teve uma influência decisiva no trabalho subalternista e no ambiente pós-colonial.

p. 73). Com isso, instauraram uma crise em meio à historiografia hegemônica, ao mesmo tempo em que abriram velhos debates sobre espontaneidade e consciência, estrutura e história.

Críticas recentes da teoria política e de pressupostos da história do pensamento político têm sido coincidentes, em grande medida, com estas preocupações da teoria pós-colonial no esforço de entender a dinâmica contemporânea de diversidade cultural em meio ao espaço político (cf. PERSRAM, 2007). Ao longo das últimas duas décadas, esta perspectiva alcançou considerável visibilidade nos círculos acadêmicos. Como aponta Prakash (1994), reconhecer a força que este ponto de vista alcançou é também reconhecer o estímulo criado pelos *Subaltern Studies* em disciplinas diversas, desde a história à antropologia e à literatura.

A crítica pós-colonial buscou repensar, de forma radical, as identidades sociais e todo o conhecimento autorizado e de autoria do colonialismo e do ocidente. Para isso, partiu da premissa que nem o nacionalismo, nem o marxismo, teriam conseguido se “libertar” de discursos eurocêntricos (PRAKASH, 1994, p. 1475). Desta forma, apresentou como objetivo geral “desfazer o eurocentrismo” produzido pela trajetória ocidental, e de sua apropriação do Outro pela História. Como o primeiro de seus argumentos, enfatizou a situação de ampla subordinação e desigualdade econômica que as nações dos três continentes não-ocidentais se encontram em relação à Europa e à América do Norte. Como resposta a este contexto, propôs uma política e filosofia de ativismo, de modo a continuar de uma nova forma as lutas anticoloniais do passado. Com isso, não reivindicou apenas o direito dos povos africanos, asiáticos e latino-americanos ao mesmo acesso a recursos, mas também a uma dinâmica de poder para suas culturas.

É claro o caráter precursor que os *Subaltern Studies* assumem neste complexo campo de conhecimento. “*Can the subaltern speak?*”⁵ de Spivak articula uma crítica a teóricos do pós-estruturalismo, nas figuras de Foucault e Deleuze, e estende suas provocações a todo o território dominado pelos teóricos

⁵ O artigo foi publicado primeiramente em 1985, no periódico *Wedge*, com o subtítulo “Especulações sobre os sacrifício das viúvas”. Em 1988 foi republicado na coletânea de artigos intitulada *Marxism and the Interpretation of Culture*, organizada por Cary Nelson e Lary Grossberg.

pós-coloniais – de Edward Said e Homi Bhabha à Partha Chatterjee e Dipesh Chakrabarty – sendo considerado o texto que mais solicitou respostas a estes autores e que mais pautou o debate pós-colonial (MORRIS, 2010, p. 9). A partir de então, os trabalhos do coletivo indiano passam a ter uma ampla difusão, passando a se identificar, em linhas gerais, com todo o campo de estudos conhecido como “pós-colonialismo”. O que caracteriza, grosso modo, essa corrente de estudos, é principalmente o seu ecletismo teórico – ao mesmo tempo em que se articula críticas em meio ao campo do pós-estruturalismo, como no caso de Spivak, há um conflito acerca do marxismo e sua relevância para a compreensão das questões contemporâneas. Junto com a entrada das críticas pós-estruturalistas – não coincidentes – de Foucault e Derrida, permanece a defesa do tema da subalternidade numa tentativa de conciliar esta nova fase com o projeto fundacional, fortemente influenciado pelas ideias de Antonio Gramsci. Tendo isso em vista, buscaremos explicitar as consequências teórico-políticas que a noção de subalternidade passa a ter a partir da leitura pós-colonial empreendida pelos subalternistas. Na primeira seção, exploraremos os embates teórico-políticos subalternistas – principalmente a crítica de Spivak e sua relação ambígua com o trabalho subalternista e pós-colonial. Já na segunda seção, trataremos mais detidamente das implicações da noção de subalterno nesta nova fase.

Os Subaltern Studies como teoria pós-colonial

Em *A Critique of Postcolonial Reason*, Spivak (1999, p. 1) adverte que, a menos que se localizem dentro de um quadro geral de crítica, os estudos pós-coloniais podem se tornar um alibi ao celebrarem um objeto perdido. Isto porque, quando concentrados apenas na representação dos colonizados ou na questão das colônias, podem acabar servindo à produção contemporânea de conhecimento neocolonial ao localizar o colonialismo e o imperialismo como assuntos que se encontram firmemente no passado – essa situação complica ainda o fato dos estudos coloniais e pós-coloniais estarem se configurando como um gueto, substancialmente subdisciplinar.

Spivak sugere que uma melhor compreensão da nova divisão Norte e Sul no mundo pós “soviético” seria assegurada se entendêssemos o “terceiro mundo” como um deslocamento das antigas colônias, da mesma forma que o colonialismo desloca a si próprio como neocolonialismo – entendendo neocolonialismo como um empreendimento econômico do imperialismo e não territorial. Para a autora, a situação pós-soviética criou uma narrativa própria à dinâmica de financeirização do mundo.⁶

Ao contrário de “certa leitura pós-estruturalista”, que renuncia autores como Kant, Hegel e Marx sob o julgo do “discurso eurocêntrico”, Spivak considera que seria mais interessante lê-los como “precursores discursivos” – entendendo a constituição do discurso como condição e efeito de um sistema geral de formação e transformação – do que como repositores transparentes ou determinadores de “ideias”. Enquanto se compreendia a produção de Kant e Marx, ao longo do tempo, a relação entre a produção do discurso europeu e as axiomáticas do imperialismo mudava, embora o imperialismo tenha continuado com o papel de fazer o discurso dominante ter uma aparência limpa, apresentando-se como a única forma negociável. No curso desta incessante operação, de uma forma ou de outra, o que Spivak chama de “informante nativo” – necessário, de forma crucial, aos grandes textos – foi “excluído”:

“Eu empresto o termo da etnografia, evidentemente. Nesta disciplina, o informante nativo, embora tenha sua autobiografia negada no entendimento da tradição do noroeste europeu (codinome ‘Ocidente’), é tomado com a maior seriedade. Ele (ocasionalmente ela) é uma peça em branco, embora geradora de um texto de identidade cultural que apenas o Ocidente (ou uma disciplina do modelo ocidental) pode inscrever (...) De modo crescente, existe uma automarginalização e

⁶ Estas variações no clima da época, segundo Bensaïd, funcionam como produto e fermento das “retóricas pós-modernas”: “A apologia do líquido contra o sólido, o gosto pela miniatura oposto à inquietação da totalidade, a renúncia às grandes narrativas em benefício da anedota e do *fait divers* acompanham, como sombra ideológica, os ajustes liberais, a individualização dos salários e dos horários, a flexibilização da força de trabalho e a fluidez especulativa dos capitais. A retração da duração no instante, a febre do *zapping*, a inconstância caleidoscópica das aparências, as rajadas de revoltas temporárias, embaralham qualquer perspectiva estratégica” (BENSAÏD, 2012, p. 14-15).

auto-consolidação migrante ou um mascaramento pós-colonial no lugar do ‘informante nativo’. Estou descobrindo o informante nativo fora deste conjunto. Os textos que leio não são etnográficos e portanto não celebram esta figura. Eles têm como garantido o “europeu” como a norma humana e nos oferecem descrições e/ou prescrições. E ainda, até aqui, o informante nativo é necessário e excluído” (SPIVAK, 1999, p. 6).

O “informante nativo” foi necessário a Kant como exemplo da heteronomia do determinante, a Hegel como evidência do movimento do espírito do inconsciente ao consciente e em Marx funcionou como aquele que confere normatividade à narrativa dos modos de produção. Para Spivak, o informante nativo excluído de hoje é a “mulher pobre do Sul”. A autora busca uma crítica *com* Kant, Hegel e Marx, rejeitando-os como “imperialistas motivados”, a partir de uma política desconstrutivista que reconhece tanto a determinação como o imperialismo e busca avaliar se os “grandes textos” podem ser utilizados como “servos, enquanto o novo magistério constrói a si próprio em nome do Outro” (IBID., p. 7). Em seu famoso prefácio à *De la Grammatologie* de Derrida, obra que traduziu para a língua inglesa, Spivak afirma que:

“a desconstrução é um perpétuo movimento de se auto-desconstruir. Nenhum texto jamais foi ou está sendo ‘totalmente’ desconstruído. No entanto, o crítico, de modo provisório, reúne as fontes metafísicas da crítica e realiza o que declara ser *um* (unitário) ato de desconstrução (...) em um certo sentido, é impossível ‘não desconstruir/ser desconstruído’” (SPIVAK, 1976, p. xxviii).

A desconstrução é uma corrente do pós-estruturalismo, originada com a obra de Derrida nos anos 1960.⁷ Influenciada pelas ideias do filósofo francês nascido na Argélia, Spivak recorre diretamente a esta perspectiva para intervir no debate pós-colonial, caracterizado justamente pela miscelânea de pontos de

⁷ Segundo Bensaïd, Derrida percorreu um caminho inverso ao dos outros teóricos pós-estruturalistas – menos “militante” e diretamente envolvido com os combates do pós-1968 do que Deleuze, Guattari e Foucault, o filósofo foi da metafísica para a política. O filósofo trotskista sugere que Derrida, ao contrário destes pensadores, foi quem se manteve atento: “ao relativo sem perder de vista o absoluto, às singularidades sem ceder no universal, se movimenta e trabalha na tensão permanente entre a condicionalidade do direito e a incondicionalidade da justiça, entre justiça divina e justiça mítica, entre senso comum e verdade, entre necessidade e contingência, entre acontecimento e história. Instalado na contradição. No lugar onde, precisamente, a política ascende. Onde se distingue do moralismo imaculado e da pureza cândida” (BENSAÏD, 2012, p. 20).

vista que abarca. A desconstrução seria a operação dentro/fora da “metafísica ocidental”, que articula duas impossibilidades – estar plenamente dentro ou inteiramente fora dela. Derrida explica:

“Aqui, como em qualquer lugar, colocar o problema em termos de escolha, obrigar a si mesmo, ou acreditar ser obrigado, a responder o problema com *sim* ou *não*, conceber o pertencimento como submissão ou não-pertencimento, em linguagem clara, é confundir diferentes níveis, caminhos e estilos. Na desconstrução do arquétipo, não se faz tal escolha” (DERRIDA, 1976, p. 62).

Desta forma, Spivak, influenciada por Derrida, chama a atenção, ao seu modo, para a relevância contemporânea do marxismo enquanto busca por “totalidade” e como exemplo de um “quadro geral de crítica”. Como coloca Rosalind Morris (2010), através da questão de gênero, que a cada dia se torna mais legitimada pelas agendas imperialistas, Spivak expôs as muitas ações e declarações através das quais a ideologia opera:

“Em um mundo onde a divisão internacional do trabalho é tão comumente organizada de modo a permitir a exploração efetiva das mulheres e meninas nas periferias rurais e urbanas (em fábricas exploradoras e bordéis), o projeto imperialista é, devemos admitir, muito interessado em liberar as mulheres para o trabalho, o que significa dizer, para a extração de mais-valia. Os direitos humanos têm muitas vezes fornecido o alibi para este processo” (MORRIS, 2010, p. 7).

Ou seja, o “discurso da subalternidade” nem sempre revela a verdade de sua opressão ou divulga a plenitude de sua existência. As milhares de prateleiras de livros bem intencionados reivindicando falar por, ou dar voz ao subalterno, não podem escapar ao problema da tradução em seu sentido absoluto – “a subalternidade é menos uma identidade do que o que poderíamos chamar de predicamento” (IBID., p. 8). Na definição de Spivak, é um lugar estruturado no qual a capacidade de acessar o poder é radicalmente obstruída. Ou seja, a despeito de dar um sentido mais politizado à noção de subalternidade, pois se contrapõe à recusa da totalidade a partir de um olhar crítico ao campo pós-colonial, no qual também se encontra, a autora indiana é uma das principais responsáveis pela ampliação do termo e pelo distanciamento às suas origens gramscianas. Trataremos com mais atenção este aspecto adiante.

Como causa e consequência deste embate em torno da subalternidade, os estudos subalternistas como crítica pós-colonial migraram para além da história, encontrando abrigo em outras disciplinas. Este salto se mostrou mais visível na análise literária e na antropologia, mas sua influência logo se disseminou para outros domínios intelectuais. Esse movimento para além do campo determinado pelos *Subaltern Studies* foi possível devido à aproximação entre o marxismo e o pós-estruturalismo, realizada principalmente a partir da influência de Spivak e da perspectiva desconstrutivista de Derrida (PRAKASH, 1994, p. 1488). Chakrabarty é um dos autores que atestam a influência de Spivak em seu trabalho:

“O sujeito anti-histórico, anti-moderno, deste modo, não pode falar como ‘teoria’ dentro dos procedimentos de conhecimento da universidade, mesmo quando esses procedimentos de conhecimento reconhecem e ‘documentam’ sua existência. Assim como o ‘subalterno’ de Spivak (...) esse sujeito só pode ser falado por e falado sobre através de uma narrativa de transição, que jamais vai privilegiar o moderno (ou seja, a ‘Europa’)” (CHAKRABARTY, 2000, p. 41).

Como destaca Morris (2010, p. 10), é difícil discernir a força relativa à intervenção de Spivak quando se soma à leitura e influência de outros grandes autores subalternistas como Guha e Chatterjee. É a partir do texto da teórica indiana, contudo, que visualizamos o crescimento deste novo âmbito de estudos que buscou discernir e articular o que foi definido como “*resistência, resistência inconsciente, e, às vezes, como a agência do oprimido*” (MORRIS, 2010, p. 12). Esta nova perspectiva expressou uma percepção do colapso do socialismo soviético – como crise dos intelectuais de esquerda – e, de modo mais geral, a exaustão ou o afastamento de uma política notoriamente de oposição e das questões de formação de classe, que dominavam o discurso radical das décadas prévias. Ao mesmo tempo buscou-se preservar alguns de seus temas e perspectivas, a obra de Antonio Gramsci notavelmente se destaca nesse sentido.

Para Chatterjee (2010, p. 83), a partir do quinto e do sexto volume, os *Subaltern Studies*, “com muito mais seriedade do que antes”, passaram a retratar as histórias subalternas como “fragmentárias, desconexas, incompletas”, a consciência subalterna passa a ser vista como cindida em si mesmo, constituída por elementos oriundos das experiências de ambas as classes, dominante e

subalterna. Junto com a evidência de autonomia revelada pelos subalternos em momentos de rebelião, as formas de consciência subalterna experimentadas no cotidiano se tornam também temas de investigação. Se tornou impossível, assim, restringir o estudo às revoltas camponesas. De modo significativo, os temas de gênero, religião e casta foram abertos à discussão desde o ponto de vista subalterno, levantando muitas questões políticas “desconfortáveis”, “complicando” as certezas da política progressista na Índia:

“Essas discussões, construídas com a ideia de ‘representar o subalterno’ não estão, de maneira nenhuma, confinadas aos volumes dos *Subaltern Studies* em si mesmos. Eles agora transbordaram em uma arena pública de debate e conflito político muito maior, sobre o qual os arquitetos originais do projeto dos *Subaltern Studies* não têm nem influência, nem controle” (CHATTERJEE, 2010, p. 85).

Esta arena de debate e conflito político se configurou como um amplo campo de estudos pós-coloniais, posicionado não só como teoria positiva, mas também como crítica radical. Ao fazer isso, de forma consciente, passou a preencher o “vácuo” deixado pelo declínio do marxismo, tanto no ocidente industrializado, quanto em seus “satélites”. Em parte, este movimento é consequência das trajetórias biográficas de seus líderes, que começaram suas atividades intelectuais, em grande parte, no âmbito do marxismo. Vivek Chibber coloca de uma forma incisiva – algo que em realidade se consolidou de modo contraditório ao longo do tempo – que com a consolidação do discurso pós-colonial, o “breve flerte” com o materialismo marxista havia se dissipado:

“na sua esteira veio um interesse permanente na cultura e ideologia, não apenas como um objeto de estudo, mas como um princípio explanatório que rapidamente usurpou o mesmo espaço exaltado que os temas de ‘classe’ ou ‘capitalismo’ ocupavam há apenas uma década antes” (CHIBBER, 2013, p. 1).

No caso dos *Subaltern Studies*, isso fica claro em figuras como Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Partha Chatterjee e Dipesh Chakrabarty que, com imersões distintas, emergiram num contexto marxista no final dos anos 1970 e passaram a figurar como protagonistas no cenário pós-colonial. Para Chibber (2013, p. 2), era natural que o marxismo fosse o primeiro interlocutor destes intelectuais, ao mesmo tempo em que se afastavam de sua órbita, forjando uma

agenda própria ao “novo tempo do mundo”. Tanto o engajamento com o marxismo, quanto a sua “rejeição” são entendidos aqui como atitudes fundamentalmente políticas – baseadas no entendimento de que o mundo havia mudado e que os dilemas do “capitalismo tardio”, principalmente no Sul do mundo, não poderiam ser compreendidos pelas categorias do materialismo histórico e, ainda, que as derrotas dos movimentos de libertação ao longo do século XX eram, em grande medida, o resultado de inadequações teóricas permanentes do marxismo.

É nesse sentido que Guha (2001) afirma entender no trabalho dos *Subaltern Studies* a essência da crítica pós-colonial. Isso porque a explicação do Estado colonial na Índia como uma “dominância sem hegemonia” teria expressado o fracasso histórico da razão. Para o fundador do coletivo subalternista, nem o capitalismo, nem o liberalismo – entendidos como os dois motores da razão – se mostraram poderosos o suficiente para superar a resistência local na economia e na cultura do subcontinente. O colonialismo revelaria, assim, os limites das pretensões universalistas da “razão”.

Em fins dos anos 1990, a identificação dos *Subaltern Studies* com uma “teoria cultural pós-marxista” se torna cada vez mais evidente (CHIBBER, 2013, p. 8) – é nesse sentido que entendemos, inclusive, sua extensão à América Latina, com a formação dos *Latin American Subaltern Studies* em 1993.⁸ Este movimento não se deu, entretanto, sem reações críticas oriundas do campo do marxismo e dentre os próprios intelectuais indianos. Na próxima seção trataremos justamente destes embates no que diz respeito à noção de subalternidade.

⁸ O grupo latino-americano foi formado por intelectuais “terceiro mundistas”, “anticolonialistas” e “politicamente radicais” que encontraram nos estudos subalternos indianos uma “perspectiva progressista para seus estudos” (MALLON, 2009, p. 162). Ao contrário do coletivo indiano, com seu acúmulo de discussão das ideias marxistas e histórico engajamento com elas, que reverberaram mesmo após a “virada pós-estruturalista” em um diferencial de politização em meio ao debate pós-colonial, no caso latino-americano, a apropriação subalternista não apresenta diferença alguma em relação aos debates pós-modernos e suas críticas ao marxismo (cf. GÓES, 2015).

Declínio do subalterno como sujeito político

Os *Subaltern Studies* tinham o objetivo de promover, como Guha deixa claro em seu manifesto de 1982, o estudo e a discussão da subalternidade no contexto indiano. O termo “subalterno” é retirado dos escritos de Antonio Gramsci e passa a ser utilizado em termos de classe, casta, gênero, raça, linguagem e cultura buscando destacar a centralidade das relações de dominação na história indiana. Guha afirmou que embora não fosse ignorar o dominante, uma vez que o subalterno está sempre sujeitado à sua ação, o objetivo era retificar o viés elitista característico de grande parte das pesquisas e trabalhos acadêmicos sul-asiáticos. O ato de retificação veio da convicção que as elites haviam exercido dominância e não hegemonia, sobre os subalternos.

Embora o foco na subalternidade tenha permanecido central aos *Subaltern Studies*, a concepção de subalterno testemunhou mudanças e variados usos. Diversos intelectuais diferiram, não surpreendentemente, em suas orientações. Uma mudança de interesses, focos, e terrenos teóricos é evidente ao longo dos volumes de artigos produzidos e através das várias monografias realizadas por intelectuais subalternistas. O tema da subalternidade é primeiramente destacado pelos subalternistas e levado ao debate acadêmico norte-americano através de Spivak.

Gramsci passa a ser uma referência comum neste debate, a partir de então. A “subalternidade”, dentre as categorias desenvolvidas em seus *Cadernos do Cárcere*, é a que levou mais tempo para alcançar reconhecimento e se tornar notória – antecedida por noções já há muito estabelecidas no léxico teórico-político internacional, com destaque para a noção de hegemonia. O sucesso conquistado do tema, ainda que tardio, se deve principalmente ao trabalho dos *Subaltern Studies*.

Trata-se de um conceito ao qual se recorreu para compreender as relações de dominação não só em contextos circunscritos ao continente europeu e às culturas ocidentais, mas também para avançar na crítica de situações históricas coloniais e pós-coloniais – o que, por sua vez, passou a exercer influência nos cânones da teoria política na Europa e no ocidente. Os *Subaltern Studies* se localizaram num contexto em que conceitos padrões para pensar a história estavam sendo colocados à prova. Nesse sentido, se colocaram o desafio de

repensar o conhecimento do chamado “terceiro-mundo”, repensando mesmo as próprias categorias iluministas. De um projeto profundamente influenciado pelas ideias de Gramsci, com uma inspiração marxista criativa e engajada, os *Subaltern Studies* passaram a conformar um campo amplo da “crítica pós-colonial”.

Para Sumit Sarkar (2000, p. 300), mudanças em relação ao projeto original não precisam ser vistas necessariamente como negativas, mas é preciso destacar o que o termo “subalterno” passou a indicar num contexto discursivo completamente diferente daquele da fundação dos *Subaltern Studies*. O que torna essas mudanças relevantes é o fato de terem acompanhado a transformação dos “humores” acadêmicos e políticos em nível mundial. A nova tendência, em vez de apresentar estudos concentrados em linhagens organizacionais e ideológicas de esquerda, a partir de análises de movimentos de trabalhadores e camponeses, buscou explorar as dimensões negligenciadas da autonomia na ação, consciência e cultura subalternas.

As publicações iniciais dos *Subaltern Studies* ajudaram a modificar significativamente a historiografia do nacionalismo anticolonial através de uma comum ênfase às “pressões vindas de baixo”. Em nome da teoria, em seguida, a nova tendência dotou a categoria de “subalterno” e de “autonomia”, largamente utilizadas nesta primeira fase, de um caráter essencialista, a partir da atribuição de significados e qualidades aos termos mais ou menos absolutas, fixas e descontextualizadas. É claro que essa crítica não escapou aos inclinados à pós-modernidade, que buscaram culpar o marxismo por tais incoerências. O interessante é notar como permaneceram a justificar o uso do termo a partir de suas raízes gramscianas.

Embora tenham o mérito de terem levantado a questão, mesmo entre os estudiosos de Gramsci na Itália, há um equívoco em toda esta literatura que se desenvolveu em torno do tema da subalternidade compreendendo-a como um eufemismo utilizado por Gramsci para a palavra “proletariado”. Marcus Green (2011, p. 387) explica que a ideia apresentada é a que Gramsci teria usado “grupos sociais subalternos” como uma cifra ou camuflagem para “proletariado”, a fim de enganar os censores da prisão, que poderiam ter revogado sua autorização para escrever se seu trabalho aparecesse como

abertamente marxista ou controverso às autoridades fascistas. Exemplificando esta interpretação, vale destacar a afirmação de Spivak em *The New Subaltern*:

“Os *Subaltern Studies* consideram a camada inferior da sociedade, não necessariamente unida pela lógica do capital sozinha. Esta é a sua diferença teórica do marxismo (...) O encarcerado Antonio Gramsci usou a palavra para substituir ‘proletariado’, para escapar da censura da prisão. Mas a palavra logo abriu um espaço, como as palavras fazem, e assumiu a tarefa de analisar o que o ‘proletariado’, produzido pela lógica do capital, não poderia cobrir (...) Gramsci não estava tentando definir ‘subalterno’. Embora tenha insistido no caráter fragmentário da história subalterna em uma passagem bem conhecida, em seus próprios escritos, com base na Itália fascista, a linha entre subalternos e dominantes são mais consultáveis do que no trabalho dos *Subaltern Studies* subcontinentais” (SPIVAK, 2000, p. 324).

David Arnold é outro, entre os subalternistas, que confirma a “tese da censura”. Em *Gramsci and Peasant Subalternity in India*, Arnold explica de um modo contraditório que:

“o uso de Gramsci do termo ‘subalterno’ é de singular importância. Num entendimento mínimo pode ser entendido como pouco mais que uma conveniente estenografia para uma variedade de classes subalternas – trabalhadores industriais, camponeses, artesãos, pastores e assim em diante. Seu uso nos *Cadernos do Cárcere* pode ter sido solicitado por uma necessidade de evitar a censura que uma palavra mais explicitamente política como ‘proletariado’ poderia atrair” (ARNOLD, 2000, p. 33).

Esta interpretação é um mito, como destaca Green, derivado em grande parte do exagero com que a censura gramsciana foi interpretada e do fato de grande parte dos estudiosos pós-coloniais terem se baseado em traduções inglesas incompletas dos *Cadernos do Cárcere*, que envolvem relativamente poucos escritos sobre o tema. Daí o equívoco em entender as considerações subalternistas como mais “originais” e “dinâmicas” e, por isso, “suplementares” ao marxismo. Ao mesmo tempo em que realçam a abertura do termo e, portanto, sua utilidade para um olhar contemporâneo, afirmam ser apenas uma forma mais branda para indicar “proletariado” – se tomado como verdade, o que Gramsci teria a oferecer aos subalternistas?

Pensar o tema da subalternidade não poderia se restringir à leitura de apenas um dos *Cadernos do Cárcere* – no caso dos subalternistas, nem mesmo o acesso a todo *Caderno 25*, dedicado ao assunto, foi assegurado pela edição inglesa dos escritos carcerários. Isso porque Gramsci desenvolve sua reflexão a partir de um complexo trabalho relacional de conceitos, que são desenvolvidos em diferentes *Cadernos* – muitas vezes, simultaneamente, como afirma Gianni Francioni:

“Gramsci trabalha, de fato, com mais Cadernos de uma só vez, ou ecoa àqueles de períodos precedentes para adicionar novas notas nos espaços brancos residuais. Em certos casos, parece que começa a escrever da metade de um Caderno, para depois passar a primeira metade. As vezes faz uma referência, em uma das páginas iniciais, a um texto que se encontra em um Caderno outro. Por várias razões, há faixas de sobreposição temporal de sua escrita que correm horizontalmente nos Cadernos e, conseqüentemente, momentos de preparação em que não há transição de um Caderno para outro, mas de uma nota para outra na alternância de diferentes Cadernos” (FRANCIONI, 2009, p. 22).

O tema da subalternidade começou a ser desenvolvido já no período pré-carcerário, como fica claro no importante texto *Temas para a Questão Meridional* de 1926. Gramsci desenvolveu sua reflexão em torno do tema a partir de uma investigação ampla, multifacetada e sem prazo final sobre a história, política e cultura italiana. Como tantas outras noções que o marxista sardo apresenta ao longo dos *Cadernos do Cárcere*, não há uma definição precisa e fechada do significado do conceito de “subalterno”. Apreendemos o sentido deste termo em sua utilização com vistas ao entendimento de contextos históricos específicos, mas também no esforço de transcendê-los e traduzi-los para contextos distantes daqueles nos quais viveu e buscou interpretar. O assunto não figura em seu plano de estudos apresentado no *Caderno 1* ou em sua versão revisada, exposta no *Caderno 8*. O conceito emerge à medida em que Gramsci leva a cabo seu projeto de estudar os intelectuais, o desenvolvimento da burguesia italiana desde 1870 e a *Questão Meridional*, todas estas questões presentes desde a primeira página de seu primeiro caderno.

A primeira utilização do termo “classes subalternas” se dá no *Caderno 3*, sob o título *História da classe dominante e história das classes subalternas*. Desde

então, o subalterno se torna um tema recorrente em seus escritos carcerários. Gramsci examina vários aspectos das classes e dos grupos sociais subalternos – utilizando, de modo intercambiável, ambos os termos – em mais de 30 notas entre 1930 e 1933, além da variação *história das classes subalternas e grupos sociais subalternos* como título de 17 notas em seus cadernos miscelâneos. Em fevereiro de 1934, Gramsci começa a trabalhar no *Caderno 25*, composto por 13 notas revisadas de seus cadernos miscelâneos. É interessante notar que este *Caderno*, intitulado *Às margens da história* contém diversos textos de cadernos prévios, além de textos originais, que não continham necessariamente em sua reflexão a palavra “subalterno”. Sugere-se, com isso, que o tema da subalternidade se encontrava em primeiro plano no pensamento de Gramsci, mesmo enquanto escrevia notas que não imediatamente parecem se relacionar ao tema.⁹

Os três primeiros contextos históricos que Gramsci analisa no *Caderno 25* incluem a Roma Antiga, as comunas medievais, o período do *Risorgimento* e seu período decorrente. Com essas comparações históricas, o marxista sardo buscou entender as várias relações de poder e subordinação em formações políticas distintas: a composição do Estado, a formulação da cultura dominante, as representações intelectuais do subalterno, as condições através das quais os grupos subalternos organizam instituições para representar sua vontade política, as possibilidades de impedimento da autonomia subalterna e as construções de identidade e alteridade entre os grupos subalternos. Como destaca Marcus Green (2011), a análise histórica comparativa é uma empreitada que ilustra bem como o interesse de Gramsci não estava restrito apenas ao moderno proletariado, na medida em que leva em conta como as relações de classe, raça, gênero, religião, nacionalismo, e colonialismo, interagem com as condições de subordinação. Guido Liguori (2011) destaca, dentre os variados usos que Gramsci faz do tema, três acepções que julga principais:

“Em primeiro lugar, o termo é usado em relação às camadas populacionais desagregadas, politicamente (e, portanto, também culturalmente), marginais,

⁹ Estas reflexões em torno do tema da subalternidade em Gramsci estão intimamente ligadas à minha participação na *Ghilarza Summer School*, realizada entre os dias 8 e 12 de Setembro de 2014 na Sardenha. Agradeço aos Professores Marcus Green e Guido Liguori, em especial, pela oportunidade de discutir os argumentos aqui apresentados.

que Gramsci julga ‘às margens da história’. Já contiguamente a esta tematização, todavia, no mesmo *Caderno 3*, se propõe um leque de modalidades diversas do ser ‘subalterno’ que – como se vê – indica claramente a possibilidade de um nível crescente de politização e organização. Em segundo lugar, Gramsci desenvolve o uso do termo ‘subalterno’ com uma referência específica ao proletariado industrial avançado, tanto avançado na tentativa de dar vida a uma própria forma de democracia, e que, portanto, iniciou um processo não só de ‘contra-hegemonia’, mas também de ‘desafio hegemônico’, para a conquista de hegemonia. Em terceiro lugar, o termo é usado como referência a sujeitos singulares, seja em relação à sua colocação social, seja em relação aos seus limites culturais” (LIGUORI, 2011, p. 40).

O uso do termo que prevaleceu entre os subalternistas a partir da “virada pós-estruturalista” ficou circunscrito ao seu sentido cultural. Mais do que avaliar a interpretação que fizeram de Gramsci, buscamos aqui entender o que essa leitura revela em seu posicionamento político. Está claro que os “grupos sociais subalternos” em Gramsci se relacionam com a “esfera da produção econômica”. Nos estudos pós-coloniais, entretanto, como resguardo a um retorno às “identidades essencialistas”, o objetivo era o de deslocar sujeitos e essências “fundacionais”, e quebrar as noções de uma Índia unitária em uma multiplicidade de identidades contingentes e instáveis entendidas como efeitos de relações de poder que estão em constante mudança. Com isso, recusam os temas privilegiados da modernização capitalista e focam, ao contrário, nos temas provenientes de “fora do centro”: nas histórias dos subalternos cuja identidade reside na *diferença*.

Ao se identificarem com a figura do “subordinado”, se preocupam com as relações de dominação e auto-conscientemente fazem das suas próprias abordagens históricas “atos contestatórios”, se diferenciando em algum nível das perspectivas totalmente despolitizadas do pós-modernismo, mas compartilhando, ao mesmo tempo, sua ênfase na provisoriedade de todas as identidades e na resistência à qualquer teoria totalizante. O problema, como afirma O’Hanlon e Washbrook (2000), é que eles não avançam na questão do engajamento político.

Como afirma Sarkar (2000, p. 305), a ênfase não deveria estar direcionada aos domínios distintos da política; mas na interpenetração, no

condicionamento mútuo – embora obviamente desigual – e nas raízes comuns de uma formação social específica. De outra forma, o subalterno se mantém para sempre subalterno, exceto no evento improvável de “inversão literal” que, igualmente, não poderia transformar a sociedade de fato – expectativa que obviamente o revolucionário sardo jamais endossaria.

Em *Peasants, Politics and Historiography*, Chatterjee (1983) esclarece que o argumento de que as classes subalternas habitam um domínio autônomo não significa concluir que por isso não são dominadas. Ao contrário, se trataria de entender essa dominação precisamente como uma relação de poder na qual se deveria identificar a autonomia das classes subalternas. A dominação existiria, nesse sentido, apenas dentro de uma relação. Os grupos dominantes, em seu exercício de dominação, não consomem e destroem as classes dominadas, uma vez que, com isso, não haveria nenhuma relação de poder. No entanto, Chatterjee afirma que para tal relação existir, as classes subalternas devem habitar um domínio próprio, que lhes dá identidade, onde existem como uma “forma social distinta” e podem resistir ao mesmo tempo em que são dominadas (CHATTERJEE, 1983, p. 59). Esta terminologia de Chatterjee acerca dos domínios distintos da elite e do subalterno foi entendida por muitos nos *Subaltern Studies* como apenas mais uma forma de afirmar a necessidade de busca por traços de autonomia subalterna (SARKAR, 2000, p. 306). As consequências dessa (in)compreensão foram extensas.

Para O’Hanlon (2000), a dicotomia ou justaposição entre elite e subalterno associado à noção de autonomia não apenas possibilita pensar no subalterno como um tipo de categoria, mas introduz a ênfase sobre o poder e a dominância em suas relações mútuas – o que seria a característica distintiva da obra de Chatterjee. No entanto, seria necessário tomar um passo importante para isso: esclarecer os propósitos dessa dicotomia e as formas nas quais ela deve ser estrategicamente usada. Isso porque a separação da dominação e da autonomia tendeu a tornar absoluta e homogeneizar ambas em seus domínios separados, representando uma mudança crucial em relação aos esforços iniciais de desenvolver uma crítica imanente às estruturas – crítica presente em todas as abordagens dialéticas marxistas. Essa confusão é o que “reforça a sensação de que os colaboradores não têm nenhuma contribuição teórica a fazer, reunidos

apenas por um foco difuso na heterogeneidade e na analiticamente inútil categoria de subalterno” (O’HANLON, 2000, p. 83).

Os trabalhos dos *Subaltern Studies* mais recentes oscilaram entre três principais posições: a do “discurso derivativo”, a da “comunidade” nativa e a dos “fragmentos” (SARKAR, 2000, p. 306). Para Pandey há uma questão implícita da maior importância por trás dessas questões – “‘fragmentos’ de que?”, o historiador pergunta, “‘o fragmento’ não é sempre parte de algo maior?”, “não há uma necessidade de tentar entender este algo maior, a ‘totalidade’: e isso não é o cargo do historiador?” (PANDEY, 2000, p. 282).

* * *

É muito difícil combinar argumentos relacionados a direitos fundamentais e possibilidades de emancipação tendo em vista a recusa presente nos estudos pós-coloniais em buscar uma perspectiva unitária e sistemática sobre o que esses direitos podem ser ou o que a emancipação é, de onde vem e para onde vai. Consequentemente, direitos, dominância e emancipação são definidos apenas a partir de uma perspectiva extremamente relativista a partir de múltiplas batalhas entre grupos sociais opostos. Quando uma versão da emancipação conflita com outra, a defesa natural para ambas é a do princípio da auto-representação como tal.

Essa perspectiva não abarca apenas as estratégias pós-estruturalistas, mas as advoga como os meios próprios para formular novas possibilidades de representação no mundo pós-colonial. O seu rápido crescimento em popularidade refletiu o grau em que foram eviscerados de seu anterior conteúdo político e radical, por críticos literários e culturais que os converteram em formas de “conhecimento autoral e gentrificação textual” (O’HANLON; WASHBROOK, 2000, p. 214). A grande popularidade que o pós-colonialismo atingiu é explicada por Chibber, assim como por O’Hanlon e Washbrook, como um fenômeno típico ao contexto cultural acadêmico, principalmente norte-americano, na ânsia com que acadêmicos buscam aparecer como vanguarda e demonstrar familiaridade com os últimos avanços conceituais.

Os estudos pós-coloniais são um exemplo notável deste fenômeno, tendo inflado sua popularidade rapidamente com a propagação de termos como “subalterno” e “fragmento” por toda a “paisagem acadêmica”. Seu repertório conceitual pode ser encontrado em trabalhos de muitos tipos, mesmo quando não estão comprometidos com a mesma agenda de pesquisa ou com os mesmos parâmetros teóricos. Como resultado, muitos destes trabalhos “podem estar comprometidos com agendas teóricas bastante distintas”, tendo em comum “o estilo do campo e não sua substância” (CHIBBER, 2013, p. 4).

Apesar do seu enorme sucesso, é razoável pensar que os estudos pós-coloniais não apresentam um núcleo comum de comprometimento teórico e político. É nesse sentido que buscamos destacar a equívoca leitura de Gramsci – o tema da subalternidade, aqui, passa a significar um indicador teórico geral, um adjetivo que caracteriza qualquer abordagem que analise o colonialismo ou a história colonial, e não mais um sujeito político que tem como desafio principal a construção de uma nova hegemonia. A partir da virada pós-estruturalista, o subalterno se torna uma figura cada vez mais frágil, cada vez menos revolucionária. Resta-lhe como política apenas a política do texto, perdendo como característica central o que o definia como sujeito.

Rejeitando o desafio de se estabelecer como unidade, os subalternistas explicitam os maiores desafios do “novo tempo do mundo”. Sua trajetória permite que a reflexão se estenda a todo pensamento crítico contemporâneo e estabeleça profícuas analogias. Permanece como um desafio, mais atual do que nunca, uma tradução efetiva do projeto esboçado por Gramsci no *Caderno intitulado Às Margens da História*. Para isso, é preciso ousar “encontrar a real identidade sobre a aparente diferença e contradição e encontrar a substancial diversidade sobre a aparente identidade”, pois como nos lembra Walter Benjamin (1985), cabe apenas ao intelectual convencido de que “também os mortos não estarão em segurança se o inimigo vencer”, “despertar no passado as centelhas da esperança”.

Referências bibliográficas

- ARNOLD, A. Gramsci and Peasant Subalternity in India. In: CHATUVERDI, V. (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000.

- BENJAMIN, W. Sobre o conceito da História. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENSAÏD, D. Elogio da política profana como arte estratégica. *Outubro*, n. 20, 2012.
- CHAKRABARTY, D. *Provincializing Europe: postcolonial thought and historical difference*. Nova Jersey: Princeton University press, 2000.
- CHATTERJEE, P. Peasants, Politics and Historiography: A Response. *Social Scientist*, v. 11, n. 5, 1983.
- _____. Reflections on “Can the Subaltern Speak?”: Subaltern Studies after Spivak. In: Morris, R.C. *Reflections on the history of an idea: Can the subaltern speak?* New York: Columbia University Press, 2010.
- CHATUVERDI, V. Introduction. *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000.
- CHIBBER, V. *Postcolonial theory and the specter of capital*. Verso: New York, 2013.
- DERRIDA, J. *Of Grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1976.
- GREEN, M.E. Rethinking the subaltern and the question of censorship in Gramsci’s Prison Notebooks. *Postcolonial Studies*, v. 14, n. 4, 2011.
- GUHA, R. Subaltern Studies: Projects for Our Time and Their Convergence. In: RODRÍGUEZ, I (ed.). *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Durham; London: Duke University Press, 2001.
- LIGUORI, G. Tre accezioni di “subalterno” in Gramsci. *Critica Marxista*, n. 6, 2011.
- LUDDEN, D. *Reading Subaltern Studies: Critical Histories, Contested Meanings, and the Globalization of South Asia*. London: Anthem Press, 2002.
- MENESES, R.D.B.. Desconstrução em Jacques Derrida: o que é e o que não é pela estratégia. *Universitas Philosophica*, v. 30, 2013.
- MORRIS, R. C. Introduction. In: MORRIS, R.C. (ed.). *Reflections on the history of an idea: can the subaltern speak?* New York: Columbia University Press, 2010.
- O’HANLON, R. Recovering the Subject: *Subaltern Studies* and Histories of Resistance in Colonial South Asia. In: CHATUVERDI, V. (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000.

- _____; Washbrook, D. After Orientalism: Culture, Criticism and Politics in the Third World. In: CHATUVERDI, V. (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000.
- PANDEY, G. Voices from the Edge: The Struggle to Write Subaltern Histories. In: CHATUVERDI, V. (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000.
- PERSRAM, N (ed.). *Postcolonialism and Political Theory*. Plymouth: Lexington Books, 2007.
- PRAKASH, G. Subaltern Studies as Postcolonial Criticism. *The American Historical Review*, v. 99, n. 5, 1994.
- SARKAR, S. The Decline of the Subaltern in *Subaltern Studies*. In: CHATUVERDI, V. (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000.
- SPIVAK, G. Preface. In: Derrida, J. *Of Grammatology*. Baltimore: Johns Hopkins Press, 1976.
- _____. Subaltern Studies: Deconstructing Historiography. In: GUHA, R. SPIVAK, G. (eds.). *Selected Subaltern Studies*. New York: Oxford University Press, 1988.
- _____. *A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present*. London and Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- _____. The New Subaltern: A Silent Interview. In: CHATUVERDI, V. (ed.). *Mapping Subaltern Studies and the Postcolonial*. London: Verso, 2000.